

---

# ESTATUTO REMUNERATÓRIO

Cumprir a constituição e a lei / Adaptar os escalões à nova realidade da carreira

## 1. FUNDAMENTAÇÃO

O estatuto remuneratório dos magistrados do Ministério Público foi profundamente revisto com a lei 2/90, de 20/1.

Tal diploma reuniu amplo consenso e pretendeu garantir para o futuro, através de um sistema de actualizações automáticas, a manutenção de uma remuneração dos magistrados em conformidade com o seu enquadramento constitucional.

Todavia, volvidos treze anos, a boa fé e transparência que presidiram à elaboração da lei 2/90, mostraram-se impotentes para garantir a paridade relativa desse estatuto face ao desenfreado crescimento das restantes remunerações de cargos públicos – concomitante com semelhante evolução dos cargos equivalentes no comércio e na indústria – assente numa década de forte desenvolvimento económico do país. <sup>(1)</sup>

Isto sucedeu, em virtude do pecado original deste diploma – a ligação das remunerações dos magistrados às dos titulares de cargos políticos, cuja linearidade veio a ser prejudicada por imposições inerentes à natural dificuldade política em transmitir aos eleitores a essência das regras do mercado de trabalho e a necessidade para o desenvolvimento do país e para uma boa gestão do erário público de cativar motivação e competência para os cargos públicos.

Assim, os magistrados vieram a colher o pior desta dependência da remuneração dos cargos políticos, ao verem o seu vencimento estagnado por razões mediático-eleitorais, cuja demagogia em muito tem prejudicado o desenvolvimento e saído bem cara ao país – com o desperdício de talentos e competências – vendo-se simultaneamente excluídos de escapes e compensações que contrabalançam os sacrifícios, normalmente após o exercício dos referidos cargos.

Senão, atente-se que os magistrados:

- Ø não estão sujeitos ao princípio da renovação, sendo profissionais de carreira;
- Ø não podem, pois, ser compensados posteriormente pelos serviços prestados ao país com o desempenho de cargos equivalentes mas com remuneração não sujeita a «voto» em empresas de capitais do estado;
- Ø não beneficiam de uma reforma ou pensão vitalícia ao fim de alguns anos de serviço prestado ao país como compensação da fraca remuneração;

---

1

Veja-se, por exemplo, que foi possível ao Ministério da Justiça, aproximar as remunerações dos advogados oficiosos das tabelas das melhores sociedades de advogados.

Por outro lado e de um modo mais global, conforme dados apresentados pelo Sr. Ministro do Trabalho, só em 2001, o Estado admitia diariamente 92 pessoas na administração pública, metade das quais licenciadas.

Em contrapartida, os magistrados do MP, com um escasso crescimento de quadros ao longo destes anos, têm conseguido assegurar uma progressiva produtividade face ao aumento da quantidade e complexidade processual, não só não contribuindo para o aumento da despesa na Justiça (que aliás fica muito aquém da média comunitária em percentagem do PIB) como bem pelo contrário, racionalizando o seu trabalho com formação adequada e utilização intensiva da informática, sujeitos a inspecções rigorosas e a classificações de serviço das quais depende a sua lenta progressão – mesmo com a classificação máxima, os primeiros vinte anos são passados no escalão hierárquico de base.

- 
- Ø não auferem despesas de representação (à excepção de alguns cargos) nem senhas de presença ou qualquer complemento por participarem em grupos de trabalho ou emitirem pareceres...;
  - Ø estão vinculados a um regime de exclusividade apertadíssimo (não podendo sequer perceber remuneração pela docência universitária!);
  - Ø não têm, em regra, direito a utilização de viatura do estado;
  - Ø por norma, não dispõem de gabinete de apoio, nem de pessoal da sua confiança...

Repare-se que, passando à administração indirecta do estado e às empresas de capitais públicos, já aí não se observam quaisquer restrições orçamentais <sup>(2)</sup> nem tectos salariais, conforme muito bem frisou o Sr. Provedor de Justiça.

É neste contexto de desequilíbrios, que inevitavelmente se acabarão por repercutir na administração da justiça, tão importante como um dos critérios fundamentais usados pelos especialistas internacionais para aferir da capacidade do país para atrair o investimento estrangeiro, que se compreende a preocupação com o estatuto remuneratório dos magistrados, manifestada já por um órgão constitucional independente como é o Provedor de Justiça, que emitiu uma recomendação ao Sr. Primeiro Ministro.

Para a resolução deste problema, entendemos que haverá dois caminhos possíveis: garantir o cumprimento global da ratio da lei 2/90, com a criação de complementos remuneratórios <sup>(3)</sup> para os magistrados e outros benefícios, ou optar por um estatuto autónomo, como propugnado pelo Sr. Provedor de Justiça. <sup>(4)</sup>

Independentemente desta revisão global, volvidos que foram treze anos, é também imperativo criar de novo uma perspectiva de carreira, dado que tendo passado os tempos iniciais de rápida ascensão na carreira, há que repensar os escalões existentes.

Actualmente, aproxima-se dos vinte anos o tempo de carreira necessário para atingir a primeira promoção, seja qual o for o desempenho do magistrado e ainda que tenha a classificação máxima. Conseguir uma segunda promoção antes de se jubilar será ainda mais difícil...

O Magistrado do Ministério Público passa, pois, cerca de metade da sua carreira como Procurador Adjunto e outra metade como Procurador da República.

Assim, é nosso entendimento que deverão ser mantidos os 5 primeiros escalões (para além do base) que terminam aos 18 anos de carreira, sendo que a primeira promoção ocorrerá por volta dos 20 anos, não se compreendendo que não existam pelos menos quatro escalões na categoria de Procurador da República, pois de outro modo, a partir dos 20 anos de carreira não há qualquer outra progressão remuneratória até à reforma!

---

<sup>2</sup> Os institutos públicos são em número superior ao de tribunais e os seus quadros auferem, frequente e justamente, das benesses e vantagens idênticas às da iniciativa privada, desde automóveis a cartões de crédito, passando pelas viagens ao estrangeiro e alojamento em hotéis, fundamentais como prémio do empenho e competência, que certamente economizarão muitos desperdícios ao país.

<sup>3</sup> Veja-se, por exemplo, o criado no art. 16º nº 6 da lei nº 3/2001, de 23/02, para minorar a situação de total desprestígio em que se encontra a remuneração dos deputados.

<sup>4</sup> A necessidade de tomar uma posição firme sobre esta matéria sai ainda mais reforçada se atendermos a que nem o que está determinado no estatuto do MP sobre o subsídio de compensação, justificado pela especial penosidade da necessidade de mudança frequente de residência dos magistrados e suas famílias é cumprido, pois não se encontra fixado «de acordo com os preços correntes de mercado de uma casa de habitação mobilada.»

Em última análise, dir-se-á que considerando o seu enquadramento constitucional, os rigorosos deveres e incompatibilidades dos magistrados do MP, bem como a dureza e austeridade das suas condições de trabalho <sup>(5)</sup>, ressalta a necessidade de uma revisão justa do índice, complementos e escalões.

## 2. PROPOSTA

**Sem prejuízo da eventual criação de um estatuto remuneratório autónomo, como propugnado pelo Sr. Provedor de Justiça, que permita encontrar outro critério para a determinação do valor do índice 100 não dependente de factores políticos, em concreto, propomos para já que:**

- Ø haja uma revisão dos escalões numa perspectiva actual de carreira, com a criação de quatro escalões (além do base) na carreira de Procurador da República, alterando-se o actual mapa salarial nos termos infra expostos;
- Ø o complemento criado pelo art. 16º nº 6 da lei nº 3/2001, de 23/02, seja aplicável aos magistrados;
- Ø o subsídio de compensação cumpra o valor estipulado no estatuto, com uma actualização definitiva de 50%, passando de futuro a ser garantido por indexação;
- Ø seja revogado o tecto salarial já declarado inconstitucional e conforme recomendação do Sr. Provedor de Justiça;
- Ø seja aumentado o valor dedutível no IRS com a formação de magistrados <sup>(6)</sup>

Mapa de escalões actual:

Procurador-geral da República / Presidente do STJ	260
Vice-procurador-geral da República / Juiz Conselheiro	260
Procurador-geral-adjunto / Juiz Desembargador	
Com 5 anos de serviço na categoria	250
Até perfazer 5 anos na categoria	240
Procurador da República / Juiz de Círculo	220
Procurador Adjunto / Juiz de Direito	
Com 18 anos de serviço	200
Com 15 anos de serviço	190
Com 11 anos de serviço	175
Com 7 anos de serviço	155
Com 3 anos de serviço	135
Ingresso	100

<sup>5</sup> Que são superadas com a aquisição de hardware e software pelos próprios magistrados, bem como manuais científicos e códigos.

<sup>6</sup> E corrigida a designação «despesas de formação de juizes» para «despesas de formação de magistrados».

Mapa de escalões proposto:

Procurador-geral da República / Presidente do STJ	270
Vice-procurador-geral da República / Juiz Conselheiro	270
Procurador-geral-adjunto / Juiz Desembargador	
Com 5 anos de serviço na categoria /	260
Até perfazer 5 anos na categoria	250
Procurador da República / Juiz de Círculo	
Com 15 anos de serviço na categoria	245
Com 11 anos de serviço na categoria	240
Com 7 anos de serviço na categoria	235
Com 3 anos de serviço na categoria	230
Até perfazer 3 anos na categoria	225
Procurador Adjunto / Juiz de Direito	
Com 18 anos de serviço	205
Com 15 anos de serviço	195
Com 11 anos de serviço	180
Com 7 anos de serviço	160
Com 3 anos de serviço	140
Ingresso	100

Naturalmente que tal como sucede com a tabela em vigor, a nova tabela proposta deverá manter um rigoroso paralelismo com as categorias correspondentes na magistratura judicial.

Por todo o exposto, o SMMP entendeu propor a criação de um grupo de trabalho para apontar soluções concretas e expeditas a serem implementadas pelo Governo.

Tal equipa, integraria elementos designados pelo SMMP, pela ASJP e pelo Ministério da Justiça. Se necessário contaria com a mediação da Provedoria de Justiça.

A Sr<sup>a</sup> Ministra, em audiência que nos concedeu, aceitou a ideia como princípio e adiou uma resposta para futura reunião, que o SMMP já lhe pediu.

O Sr. Provedor de Justiça aceitou a proposta do SMMP, que solicitou a sua intervenção mediadora em negociações do estatuto sócio profissional dos Magistrados. Naturalmente, fez depender essa intervenção da aceitação como mediador por parte de todos os intervenientes.

Da parte da ASJP, em encontro que teve lugar com a sua direcção, obtivemos total concordância na essência do projecto de trabalho conjunto.

Publicamos em anexo extractos da recomendação dirigida ao governo pelo Sr. Provedor de Justiça, relativa ao estatuto remuneratório dos magistrados do topo das carreiras, mas que tem considerandos e argumentos aplicáveis a todos os níveis, e que, pelo seu interesse e actualidade damos conta. O texto integral desta recomendação poderá ser consultado na página da *internet* do S.M.M.P..

O Sr. Provedor de Justiça espera uma resposta por parte do governo àquela recomendação, nos termos e prazo legais.

INFORMAÇÃO JUSTIÇA N.º 1 60 ABRIL/MAIO 2003  
– ANEXO AO TEXTO SOBRE O ESTATUTO REMUNERATÓRIO –

ANEXO – RECOMENDAÇÃO DO SR. PROVIDOR DE JUSTIÇA AO SR.  
PRIMEIRO MINISTRO (CONCLUSÕES E PARTE DA FUNDAMENTAÇÃO):

«*Recomendação n.º 1/B/03* [art.º 20.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 9/91, de 09 de Abril ]  
(....)

Permita-me, Senhor Primeiro Ministro, que adiante que a solução que de alguma forma (...) faz depender o desenvolvimento do sistema retributivo dos juízes da evolução do regime remuneratório dos titulares de cargos políticos, não só se revelará desadequada como provavelmente até evitável.

Os Tribunais são, antes de mais e nos termos constitucionais, órgãos de soberania.

Em segundo lugar, os Tribunais, não só não são órgãos políticos, como têm toda a sua actividade alicerçada em critérios de independência e de imparcialidade, em termos que naturalmente me escuso aqui de enunciar.

Não feriria o quadro jurídico-constitucional vigente que o legislador optasse por conceber um regime retributivo da magistratura judicial autónomo, no sentido de não o interligar com o sistema retributivo dos titulares de cargos políticos, tal como acontece actualmente.

Por outro lado, recordo a Vossa Excelência as motivações da Lei n.º 63/90, que estabeleceu as suspensões aqui em discussão. O alarme provocado na opinião pública na sequência do anúncio de um aumento substancial das remunerações dos titulares de cargos políticos, matéria que é de grande melindre e se reveste de contornos cuja especificidade me escuso de enunciar, levou o legislador a adiar, há mais de uma década e *sine die*, as actualizações do regime remuneratório dos cargos em causa.

A efectiva concretização da actualização das remunerações dos políticos está assim, e sempre estará, inevitavelmente condicionada por critérios de oportunidade política.

Vossa Excelência decerto concordará que os mesmos critérios de oportunidade política não deverão, em caso algum, condicionar o investimento numa área tão crucial como é a da justiça, ao nível da gratificação daqueles que têm justamente por missão exercer um dos poderes soberanos do Estado, aplicando a justiça em nome do Povo.

Nem tão pouco as motivações que presidiram à feitura da Lei n.º 63/90 justificarão da mesma forma o não aumento dos vencimentos da classe política e a não actualização das remunerações dos juízes.

Por último, será sempre saudável que em nenhuma circunstância, num Estado de direito democrático, os interesses dos titulares do poder político e do judicial, designadamente os que estão aqui em causa, possam de alguma forma cruzar-se.

De resto, quanto à questão da legitimidade de um eventual tratamento mais favorável para a magistratura, face aos restantes titulares de cargos públicos – tem já, aliás, expressão na própria Lei n.º 63/90, quando confrontados os n.ºs 1 e 2 do seu art.º 1.º, respectivamente respeitantes aos titulares de cargos públicos em geral e à magistratura em particular –, veja-se o que ficou dito, precisamente a propósito da diferenciação introduzida nos referidos dispositivos legais, pelo Tribunal Constitucional, no seu Acórdão atrás citado:

*“Poderá questionar-se se o tratamento mais favorável para as magistraturas em comparação com os restantes titulares de cargos públicos abrangidos pelo n.º 1 do artigo 1.º, constante da norma do n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 63/90, é constitucionalmente legítimo e se existe uma diferenciação fáctica e jurídica concreta “com um peso suficiente para justificar um tratamento jurídico diferenciado”, como se escreveu na decisão recorrida. (...) A resposta é claramente positiva: ao contrário dos outros beneficiários do regime de actualização automática suspenso, os magistrados são titulares permanentes dos cargos públicos que ocupam, não usufruem de prerrogativas especiais de reinserção ou reforma não beneficiam (excepto os presidentes dos Tribunais Superiores e os titulares dos cargos superiores do Ministério Público) de abonos para despesas de representação, nem, na generalidade dos casos, da possibilidade de constituírem um gabinete de apoio ou de utilizarem viaturas oficiais, além de estarem vinculados constitucionalmente à exclusividade de funções (cfr. o n.º 3 do artigo 218.º da Constituição). Compreende se, portanto, que o legislador, a quem, em primeira linha, compete “averiguar [...] da existência de um particularismo suficientemente distinto para justificar uma desigualdade de regime jurídico e decidir das circunstâncias e actores a ter como relevantes nessa averiguação [...]” (como se escreveu no Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 142/85, publicado no Diário da República, II Série, de 7 de Setembro de 1985), tenha diferenciado a situação das magistraturas das restantes”.*

Não vou também aqui desenvolver, porque naturalmente conhecido de Vossa Excelência, todo o enquadramento específico – designadamente ao nível dos impedimentos e incompatibilidades – em que se desenvolve, nos termos do Estatuto dos Magistrados Judiciais, a actividade dos juízes.

Refira-se ainda, o que me não parece despiendo, a excepção prevista no art.º 3.º, n.º 4, da Lei n.º 102/88, que liberta os gestores públicos da limitação estabelecida no n.º 1.º do mesmo dispositivo legal, isto é, do tecto salarial imposto aos titulares de cargos públicos, correspondente a 75% do somatório do vencimento e abono mensal para despesas de representação do Presidente da República, por maioria de razão podendo exceder o vencimento do Primeiro-Ministro.

Compreende-se que razões ponderosas, aliás com alguma evidência, justificam a excepção.

Não creio, contudo, que os titulares de órgãos de soberania como sejam os em causa na presente análise, possam merecer, em atenção a essa qualidade e a todas as garantias constitucionais próprias da magistratura, um tratamento mais desfavorável – a limitação actual imposta aos juízes nem sequer é reportada à remuneração do Presidente da República, mas antes à do Primeiro-Ministro –, impondo-lhes limitações que mais bem se percebem no seio da Administração.

Não escapará a Vossa Excelência que os gestores públicos, que, de algum modo, se podem considerar na dependência do Governo, ainda que não no uso do poder de direcção (cfr. art.º 199.º, d), da Constituição), não têm as suas remunerações limitadas pela remuneração do Primeiro-Ministro – nem pela remuneração do Presidente da República, nos termos mencionados –, sendo que aos juízes, titulares de órgãos de soberania independentes, já essa limitação é imposta.

Por tudo o que fica acima exposto, entendo que a solução em vigor, aqui em discussão, se revelará não só pouco adequada ao quadro jurídico-constitucional actual, como até provavelmente incompatível com alguns dos princípios fundamentais do mesmo decorrentes, nos termos acima devidamente explicitados.

Motivo pelo qual deixarei, nesta sede, à consideração de Vossa Excelência, pelos motivos atrás adiantados, a oportuna promoção, pelo Governo, de iniciativa legislativa

tendo em vista a revogação, pela Assembleia da República, da norma constante do art.º 1.º, n.º 2, da Lei n.º 63/90, que precisamente prevê a suspensão da actualização das remunerações dos magistrados judiciais na parte em que venham a exceder a remuneração base do cargo de Primeiro-Ministro.

Todas as considerações acima tecidas aplicar-se-ão à magistratura do Ministério Público – as alterações ao sistema retributivo dos magistrados judiciais e a consequente suspensão das actualizações anuais que motivaram a análise acima feita foram previstas, para o que aqui interessa, em termos idênticos para a magistratura do Ministério Público (cf. art.º 2.º da Lei n.º 2/90) –, razão que me leva a propor a Vossa Excelência que as modificações apresentadas venham a ser igualmente consideradas para o regime remuneratório destes magistrados.

A esta proposta subjaz a minha profunda convicção, Senhor Primeiro-Ministro, de que os Tribunais são a primeira e a última garantia de defesa dos direitos e interesses legítimos dos cidadãos num Estado de direito democrático. A promoção – e, neste caso, a mera reposição – do tão necessário equilíbrio no seio de quem tem em mãos o poder e a responsabilidade de administrar a justiça, é seguramente um caminho para a concretização e o aprofundamento dos valores e princípios mais elementares da nossa Lei Fundamental.

Assim, nos termos do artigo 20.º, n.º 1, b), da Lei 9/91, de 9 de Abril, **recomendo** ao Governo, na pessoa de Vossa Excelência, Senhor Primeiro-Ministro, ***que seja oportunamente promovida iniciativa legislativa junto da Assembleia da República, tendo em vista a revogação da norma constante do art.º 1.º, n.º 2, da Lei n.º 63/90, de 26 de Dezembro, que prevê a suspensão da actualização das remunerações e pensões dos magistrados judiciais e dos magistrados do Ministério Público na parte em que venham a exceder o vencimento base do cargo de Primeiro-Ministro.***

Na expectativa de que o objecto da presente Recomendação mereça da parte de Vossa Excelência, Senhor Primeiro-Ministro, a atenção que entendo desejável, aguardo naturalmente pela comunicação do Governo sobre a posição que assumirá perante o acima recomendado.

H. Nascimento Rodrigues»